



**PROJETO DE LEI N°
DE 2022**
(Deputado Alexandre Frota)

Proíbe o transporte de arma de fogo sob efeito de álcool ou outras drogas e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Portar, transportar ou estar de posse de arma de fogo, mesmo que sem munição, com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência:

Penas - detenção, de um ano a três anos, multa e suspensão ou proibição do registro do porte de arma.

§ 1º. Não há qualquer exceção ao disposto no caput deste artigo.

§ 2º. A verificação do disposto neste artigo poderá ser obtida mediante teste de alcoolemia ou toxicológico, exame clínico, perícia, vídeo, prova testemunhal ou outros meios de prova em direito admitidos, observado o direito à contraprova.

§ 3º. Poderá ser empregado qualquer aparelho homologado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO - para se determinar o previsto no caput.

Art. 2º A arma será imediatamente apreendida e o porte cassado e suspenso por 24 (vinte e quatro) meses.

§ 1º. Na reincidência a pena será aplicada em dobro do estabelecido no artigo 1º





§ 2º Não poderá ser emitida a autorização do porte de arma, na reincidência.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A legislação pátria foi sábia ao definir a proibição da direção de veículos com a capacidade psicomotora reduzida, conforme o artigo 306 do Código Brasileiro de Trânsito, vejamos:

Art. 306. Conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência:

Penas - detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor....

O perigo do cidadão estar ao volante dirigindo seu veículo foi a intenção do legislador ao fazer editar esta lei, evitar maiores transtornos a sociedade e possível casos de lesão corporal ou mesmo a morte de outrem foi o que substanciou este artigo do CBT.

Notemos que o crime não prevê o resultado para ser apenado, simplesmente basta o cidadão esta dirigindo sob o efeito de álcool ou drogas licitas ou ilícitas já determinou a essência do crime.

O perigo de portar arma de fogo sob o efeito de substância que alterem a capacidade psicomotora do cidadão é exponencialmente maior, pois haverá problemas de reflexos motores, da correta observação da realidade e outros tantos que resultaria fatalmente em lesão de direitos alheios, inclusive na esfera criminal e civil.

A função do Direito Penal é a proteção de bens jurídico-penais, estes que derivam da Constituição da República: a vida, a liberdade, o patrimônio, o meio ambiente, a incolumidade pública, formam, por exemplo, o rol de valores, interesses e direitos que, elevados à categoria de bens jurídico-penais, constituirão o objeto de proteção do Direito Penal, portanto nada mais óbvio que





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Alexandre Frota – PSDB/SP

proteger o cidadão daqueles que querem portar arma e alterar sua condição psicomotora.

Por todo o exposto, espera o autor a tramitação regimental e apoio dos nobres colegas na aprovação do Projeto de Lei, que atende aos pressupostos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

Sala das Sessões em, de fevereiro de 2022

**Alexandre Frota
Deputado Federal
PSDB/SP**



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Alexandre Frota
Câmara dos Deputados - Anexo IV - 2º andar - Gabinete 216 - 70160-900 Brasília -DF - Tel (61) 3215-521
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD229961739500/dcp.alexandrefrota@camara.leg.br>



* C D 2 2 9 9 6 1 7 3 9 5 0 0 *